
REGULAMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS - PPGCJ ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DIREITOS DA PERSONALIDADE

CAPITULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - O Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas (PPGCJ), adiante nominado Programa, reger-se-á por este Regulamento, pelos Regimentos da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão e do Centro Universitário de Maringá.

Art. 2º - O Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas *Stricto Sensu* é oferecido em grau de Mestrado, e visa promover um estudo científico sistemático e aprofundado do Direito e, em especial, da área de concentração “Direitos da Personalidade” tendo como objetivos:

- I. preparar pessoal qualificado para o magistério superior na área jurídica;
- II. qualificar docentes para as atividades de pesquisa no campo das ciências jurídicas;
- III. promover a reflexão e o aprofundamento do estudo do Direito, no sentido de elevar a qualificação técnica do exercício profissional; e;
- IV. conferir o grau acadêmico de mestre.

Art. 3º - O Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas tem duração mínima de 6 meses e máxima de 30 meses, incluídos neste prazo quaisquer prorrogações e trancamentos aprovados no Programa.

CAPITULO II - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PROGRAMA

Art. 4º - A coordenação didático-pedagógica do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas ficará a cargo de um Colegiado do Programa.

Art. 5º - O Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas será integrado por:

- I. um coordenador, nomeado pelo Reitor da Instituição;
- II. um vice coordenador, nomeado pelo Reitor da Instituição;
- III. professores doutores permanentes do Programa; e;
- IV. um representante titular do corpo discente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas, eleito por seus pares.

§ 1º - O mandato de coordenador e do vice coordenador será de dois anos, a contar da data da nomeação.

§ 2º - O mandato do representante discente será de dois anos.

§ 3º - O vice coordenador substituirá o coordenador em suas faltas e impedimentos.

§ 4º - No caso de vacância do cargo de coordenador ou vice coordenador, observar-se-á o seguinte:

- a) se tiverem decorridos dois terços do mandato, o professor remanescente assumirá sozinho a coordenação até a sua complementação;
- b) se não tiverem decorridos dois terços do mandato, deverá ser nomeado um novo coordenador.

Art. 6º - O representante do corpo discente será eleito pelos alunos regularmente matriculados no Programa, para um mandato de 02 (dois) anos.

Parágrafo Único - O representante discente poderá ter um suplente eleito nas mesmas condições.

Art. 7º - O Colegiado do Programa reúne-se ordinariamente, pelo menos uma vez ao mês, com convocação prévia de, no mínimo de uma semana e extraordinariamente sempre que necessário, desde que convocado com, pelo menos, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, pelo Coordenador ou pela maioria absoluta dos membros do Colegiado.

Parágrafo Único – O Colegiado funcionará em primeira convocação com a presença da maioria absoluta de seus membros e deliberará com a maioria simples. Em segunda convocação funcionará pelo menos com 1/3 (um terço) dos membros, deliberando igualmente por maioria simples.

Art. 8º - Compete ao Colegiado do Programa:

- I. cumprir e fazer cumprir o presente Regulamento;
- II. opinar sobre a criação de disciplinas de pós-graduação propostas pelos órgãos institucionais, sugerir outras que forem julgadas úteis ao programa, bem como aprovar programas de trabalho, programas de disciplinas, créditos e critérios de avaliação;
- III. sugerir aos órgãos quaisquer medidas julgadas úteis à execução do programa de pós-graduação;
- IV. opinar, mediante análise do currículo, pelo credenciamento de professores e orientadores do Programa;
- V. apreciar e decidir os pedidos de alunos e professores;
- VI. aprovar a escolha e excepcional substituição de Orientador;
- VII. homologar projetos de Dissertação;
- VIII. homologar bancas examinadoras para julgamento de dissertação de mestrado;
- IX. julgar recursos e pedidos de alunos e professores em face de decisão do Coordenador;
- X. opinar sobre o Plano Individual de Trabalho dos docentes;
- XI. propor anualmente à entidade mantenedora o número de vagas do Programa para o ano seguinte, observando o limite máximo aprovado na CAPES;
- XII. propor à Diretoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão a aprovação de normas e suas modificações, em como do presente regulamento;
- XIII. propor alterações curriculares e submetê-las à apreciação da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão;
- XIV. classificar, quando necessário, professores e alunos sobre pedidos em que vários candidatos concorrem em uma mesma pretensão;
- XV. homologar o resultado do processo de seleção de candidatos; e;
- XVI. assumir outras atribuições constantes do presente Regulamento.

Art. 9º - Compete ao Coordenador do Programa:

- I. cumprir e fazer cumprir o presente Regulamento;
- II. convocar e presidir as reuniões do Colegiado;
- III. coordenar a execução do programa de atividades, sugerindo aos órgãos as medidas que se fizerem necessárias ao seu bom desempenho;
- IV. organizar o processo de seleção de novos candidatos, incluindo, em especial, a nomeação da comissão de seleção e a aprovação das Normas de Avaliação e do Edital de Inscrição;
- V. designar professores integrantes do quadro docente do Programa para atender ao processo seletivo de novos candidatos;
- VI. designar bancas examinadoras para julgamento de dissertação de mestrado;

- VII. executar as deliberações do Colegiado;
- VIII. expedir Resoluções, Instruções, Portarias e outros atos no âmbito do Programa;
- IX. homologar plano de ensino do professor;
- X. decidir em primeira instância as solicitações dos alunos e professores;
- XI. decidir “ad referendum” do Colegiado as solicitações de urgência dos alunos e professores, remetendo-as para homologação na primeira reunião do Colegiado;
- XII. apreciar requerimentos de professores e alunos nas hipóteses não contempladas no presente regulamento;
- XIII. aprovar projeto de atividades do Professor Visitante;
- XIV. organizar e aprovar o programa de atividades e o calendário do Programa;
- XV. remeter à Diretoria de Pós-Graduação o calendário das principais atividades do Programa;
- XVI. expedir atestados e declarações relativas às atividades da pós-graduação;
- XVII. elaborar relatórios exigidos pelos órgãos oficiais e pelos órgãos superiores do CEUMAR, bem como organizar processo de pedido de credenciamento e encaminhá-lo à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão;
- XVIII. assinar em conjunto com o Pró-Reitor e Reitor, o diploma de grau de Mestre em Ciências Jurídicas; e;
- XIX. outras que se fizerem necessárias ao bom andamento do Programa.

Art. 10 – Compete ao Vice-Coordenador do Programa:

- I. Substituir e auxiliar o Coordenador em todas as suas atribuições;
- II. Participar de todas as Comissões Internas de elaboração de projetos, eventos e de análise e preparação de propostas relevantes para o Mestrado.

Art. 11 – Compete à Secretaria Executiva do Programa:

- I. dar andamento ao processo seletivo de acordo com a determinação do Coordenador;
- II. efetuar a matrícula dos candidatos aprovados no exame de seleção;
- III. preparar e secretariar reuniões do Colegiado, bem como manter em dia o livro de atas;
- IV. manter o corpo docente e discente informado sobre as atos da Coordenação;
- V. organizar e manter o cadastro dos alunos do Programa de Mestrado;
- VI. encaminhar processos para exame ao Colegiado do Programa;
- VII. providenciar a expedição de atestados e declarações;
- VIII. auxiliar a Coordenação e o Colegiado na elaboração de relatórios exigidos pelos órgãos oficiais de acompanhamento do Programa;

- IX. enviar ao órgão de controle acadêmico toda a documentação necessária para dar cumprimento ao art. 19 do presente regulamento;
- X. receber, mediante protocolo, trabalhos, monografias e dissertações de alunos, de acordo com orientação da Coordenação do Programa;
- XI. publicar editais de notas, editais de designação de datas de eventos oficiais do Programa.
- XII. enviar as comunicações ao corpo discente de assuntos de seu interesse geral;
- XIII. auxiliar no processo de eleição do Coordenador;
- XIV. controlar as listas de presenças às aulas, seminários e demais eventos oficiais do Programa;
- XV. providenciar reserva e compra de passagens, bem como reserva de hotel e traslado para os professores convidados; e;
- XVI. outras que se fizerem necessárias para o bom funcionamento do Programa.

Art. 12 – O Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas é constituído por Professores Doutores Permanentes, Colaboradores do Centro Universitário de Maringá e Professores Visitantes de outras Instituições, nacionais ou estrangeiras, segundo normas específicas deste Colegiado e da CAPES.

§ 1º - São Permanentes os professores do Centro Universitário de Maringá contratados em regime de tempo integral para no Programa desenvolverem atividades de ensino na pós-graduação e na graduação, participarem de projetos de pesquisa do programa, orientar alunos, sendo credenciados para tal fim pelo Colegiado do Programa, em conformidade com os critérios fixados pela Capes e com o Plano Individual de Trabalho docente.

§ 2º - São Visitantes os professores de outras instituições, credenciados para o exercício de atividades específicas no Programa, por tempo determinado, em conformidade com os critérios da Capes, cessando automaticamente o credenciamento, quando cumprida a atividade ou expirado o tempo previsto.

§ 3º - São Colaboradores os demais membros do corpo docente que, embora não cumpram todos os requisitos de professor permanente, colaboram de forma sistemática do desenvolvimento de projetos de pesquisa ou atividades de ensino ou extensão e/ou da orientação de estudantes, quando credenciados para tanto, independentemente do fato de possuírem ou não vínculo com a instituição.

Art. 13 – O credenciamento de Professores Visitantes será solicitado pelo Coordenador do Programa, exigindo-se do mesmo a titulação de doutor, a declaração do docente de liberação de suas atividades na instituição de origem enquanto durar sua condição de visitante e a declaração da disposição do professor em atuar no Programa e cópia do *curriculum vitae*.

§ 1º - O professor Visitante em missão na UNICESUMAR deverá ter um projeto de atividades aprovado pelo Colegiado para seu período de permanência.

Art. 14 – O professor integrante do Programa será avaliado anualmente, de acordo com os critérios institucionalmente estabelecidos pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão, devendo ter seu credenciamento renovado a cada três anos.

Parágrafo Único - A avaliação e credenciamento dos Professores levarão em conta sua atividade docente, de orientação, pesquisa e/ou administração, conforme critérios de avaliação definidos conjuntamente pelo Colegiado do Programa e pela UNICESUMAR.

Art. 15 - Compete ao Corpo Docente do Programa:

- I. cumprir e fazer cumprir o presente Regulamento;
- II. elaborar e cumprir anualmente o Plano Individual de Trabalho;
- III. manter o currículo *lattes* atualizado;
- IV. atualizar periodicamente os programas das disciplinas;
- V. encaminhar anualmente pedido de aquisição de bibliografia atualizada;
- VI. lecionar, orientar e realizar atividades de pesquisa em conformidade com o Plano Individual de Trabalho do Docente;
- VII. supervisionar e orientar estudos, pesquisas e outras atividades relacionadas à elaboração da dissertação de mestrado, bem como apresentar o controle de frequência à orientação do mestrando, na secretaria do Programa;
- VIII. orientar dissertações de acordo com o Plano de Metas da Instituição para o quadriênio, tendo em conta o *DOCUMENTO DE ÁREA DO DIREITO* vigente, que integram, como anexo, este regulamento;
- IX. participar de projetos de pesquisas individualmente ou em grupo;
- X. publicar trabalhos científicos, de acordo com o Plano de Metas da Instituição para o quadriênio, tendo em conta o *DOCUMENTO DE ÁREA DO DIREITO* vigente, que integram, como anexo, este regulamento;
- XI. compor bancas de exames de qualificação e defesa de Dissertação;
- XII. participar como membro do Colegiado de reuniões e comissões;
- XIII. desenvolver outras atividades de acordo com o interesse do Programa;
- XIV. opinar sobre aproveitamento e validação de créditos e prorrogação de prazo de conclusão do Programa de seus orientandos;
- XV. orientar monografias;

- XVI. aprovar e encaminhar o projeto de Dissertação para homologação do Colegiado;
- XVII. apresentar Plano de Ensino aos alunos no primeiro dia de aula;
- XVIII. encaminhar à Secretaria do Programa os conceitos obtidos pelos alunos, no prazo máximo de 90 (noventa) dias após o encerramento da disciplina; e;
- XIX. orientar a escolha de disciplina e a realização das tarefas do Programa dos seus orientandos.

§ 1º - É dever do docente participar das reuniões de Colegiado, bem como relatar os processos que lhe tenham sido distribuídos para deliberação do Colegiado, devendo ser justificadas as ausências.

§ 2º - O docente que deixar de participar das reuniões ordinárias do Colegiado por três vezes, consecutivas ou não, no período de um ano, incorrerá em falta grave.

Art. 16 - Aos alunos do Programa compete:

- I. cumprir e fazer cumprir o presente Regulamento;
- II. desenvolver suas atividades de forma ética;
- III. manter-se informados e cumprir todas as etapas previstas para sua conclusão;
- IV. integrar grupos e participar de projetos de pesquisa;
- V. manter o currículo *lattes* atualizado;
- VI. cumprir as atividades complementares estabelecidas em Resolução do Programa;
- VII. efetuar, quando for o caso, permanência no Programa;
- VIII. cuidar para que seja mantido no Programa um clima de respeito e cordialidade entre pessoal docente, discente e administrativo; e;
- IX. respeitar a representação discente eleita.

Parágrafo único - Do aluno bolsista da CAPES ou de outra agência de fomento, será exigido, além das normas próprias do Centro Universitário de Maringá e do órgão financiador, desempenho satisfatório nas atividades do Programa, avaliado pelo atendimento simultâneo das seguintes condições:

- a) aprovação em todas as disciplinas cursadas;
- b) não obtenção de média semestral inferior a B ou conceito C em disciplina cursada; e;
- c) auxílio no preparo das atividades do Programa, quando solicitado.

CAPITULO III - DO REGIME DIDÁTICO

Art. 17 – As Atividades Acadêmicas do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas estão organizadas em Disciplinas, Atividades Complementares, Atividades de Defesa e Orientação, conforme disposição e regulamento específico no Anexo I.

Art. 18 – As atividades acadêmicas são expressas em unidade de crédito.

§ 1º - Cada unidade de crédito teórico corresponde a 15 (quinze) horas em disciplinas regulares do Programa.

§ 2º - Não serão concedidos créditos parciais em disciplinas do Programa.

Art. 19 – O currículo do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas é composto de diferentes atividades e está distribuído semestralmente.

§ 1º - As atividades curriculares consistem de disciplinas, atividades complementares, atividades de defesa e de orientação.

§ 2º - As disciplinas e atividades podem ter caráter obrigatório ou eletivo.

§ 3º - As atividades acadêmicas no Programa são regulamentadas por ato normativo.

Art. 20 - O Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas oferecerá estágio de docência a ser realizado pelos mestrandos na Instituição, conforme regulamentação própria de seu Colegiado.

Art. 21 – O Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas exige a integralização de um mínimo 30 (trinta) créditos equivalentes a 450 (quatrocentos e cinquenta) horas, distribuídos entre as disciplinas obrigatórias, disciplinas eletivas básicas, disciplinas eletivas específicas, atividades complementares e atividades de defesa e orientação.

§ 1º - São disciplinas obrigatórias aquelas cujo conteúdo é essencial para a compreensão da área de concentração do Programa, as quais devem ser cursadas por todos os mestrandos.

§ 2º - São disciplinas eletivas básicas aquelas que, a critério do Colegiado, subsidiam as pesquisas de cada uma das Linhas.

§ 3º - São disciplinas eletivas específicas aquelas que, a critério do colegiado, auxiliam a formação do mestrando em assuntos correlatos às linhas de pesquisa em desenvolvimento no Programa.

§ 4º - O Aluno matriculado em uma Linha de Pesquisa poderá, a critério do Colegiado, cursar disciplinas em outra Linha desde que autorizado pela Coordenação.

§ 5º - Não serão computadas para efeito de integralização de créditos, as horas destinadas a estudo individual ou em grupo, ou referentes a outras atividades desenvolvidas pelo aluno para acompanhar a disciplina.

Art. 22 – A integralização do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas far-se-á no prazo de até 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da matrícula inicial no Programa.

§ 1º - O mestrando pode solicitar ao Colegiado do Programa, em pedido fundamentado e por uma única vez, pelo prazo de até 06 (seis) meses, o trancamento no Programa.

§ 2º - É vedado o trancamento no Programa nos últimos seis meses anteriores à data da defesa, salvo comprovada incapacidade física e/ou mental, cujo pedido deverá ser formulado e apreciado pelo Colegiado.

Art. 23 – A porcentagem mínima de frequência em cada disciplina do Programa é de 75%.

Art. 24 – O aproveitamento das atividades desenvolvidas em cada disciplina será avaliado de acordo com o plano de ensino e avaliação do professor.

§ 1º - O rendimento escolar do aluno será expresso por notas de 0 a 10, com uma casa decimal e aproximação matemática.

§ 2º - Será considerado aprovado em cada disciplina o aluno com frequência igual ou superior a 75% e que obtiver aproveitamento igual ou superior a sete.

§ 3º - Mediante requerimento, após análise do Coordenador do Programa, ouvido o professor da disciplina, poderá ser concedida nova oportunidade ao aluno que tiver deixado de realizar uma avaliação.

§ 4º - Qualquer recurso contra resultado de avaliação da aprendizagem deverá ser interposto junto ao Colegiado do Programa, no prazo de cinco dias úteis, a contar da data da publicação da nota em edital.

Art. 25 – Poderá haver aproveitamento e equivalência de créditos obtidos em disciplinas cursadas em Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* recomendados pela Capes e também neste Programa.

Art. 26 – É permitida a matrícula de aluno não regular em disciplina isolada do Programa. O aluno não regular é aquele que não integra o corpo discente do Programa, mas deseja cursar uma ou mais disciplinas, para posterior equivalência ou aproveitamento, neste ou em outro Programa de Pós-Graduação.

§ 1º - O Aluno não regular submete-se às mesmas regras de aprovação na disciplina dos alunos regulares.

§ 2º - O Aluno não regular, quando aprovado na disciplina cursada, terá direito à expedição de uma Declaração de frequência e aproveitamento, firmada pela Coordenação do Programa.

CAPITULO IV - DA INSCRIÇÃO, SELEÇÃO, MATRÍCULA E DESLIGAMENTO DOS CANDIDATOS

Art. 27 – As atividades do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas são destinadas a candidatos portadores do diploma de Programa de graduação em Direito e áreas afins.

Art. 28 – Anualmente, o Colegiado do Programa proporá o número de vagas levando em conta as disponibilidades de orientação de dissertação dos professores do Programa e o limite máximo de vagas autorizado pela CAPES.

Art. 29 – O processo seletivo para ingresso de novos alunos se fará por Edital próprio que especificará suas fases, prazos, documentos e detalhará todas as informações necessárias ao regular desenvolvimento do processo.

Art. 30 – A seleção dos candidatos será feita pelo Colegiado do Programa, com base em avaliação realizada por Comissão de Seleção designada pelo Coordenador e aprovada pelo órgão Colegiado para este fim, que levará em conta, em cada exame de seleção, a seu critério e conforme Edital previamente divulgado:

- I. o resultado da prova escrita;
- II. o resultado da entrevista;
- III. a análise do *curriculum lattes*; e;
- IV. o pré-projeto de dissertação de mestrado, quando exigido.

§ 1º - Na entrevista, serão considerados, entre outros aspectos, a produção do candidato nos últimos três anos, o que equivale ao desenvolvimento de projetos de iniciação científica, à publicação de livros, artigos e resumos expandidos em periódicos qualificados pela CAPES, participação e apresentação de trabalhos em eventos científicos, experiência docente (aulas e orientações em instituições de ensino superior), além do grau de inteligibilidade e precisão no uso da língua portuguesa e da linguagem jurídica científica e técnica, a capacidade de oralização e articulação das ideias, a qualidade destas, o grau de atualização do candidato na área escolhida, a capacidade de sustentar um debate científico sobre os assuntos pertinentes à sua área de exame de seleção.

§ 2º - A análise do *curriculum lattes* levará em consideração, entre outros: as publicações, participações em eventos e experiência docente do candidato nos últimos três anos, conforme o parágrafo anterior, o desempenho acadêmico na graduação, expresso em notas; participação em projetos e pesquisa e monitorias; tema e nota da monografia da graduação, avaliação da Instituição de origem; Programas de Pós-Graduação *lato* e *stricto sensu* cursados; envolvimento do candidato em questões sociais e de cidadania; experiência profissional; proficiência em idiomas estrangeiros; envolvimento recente e atual do candidato com a discussão dos temas jurídicos relevantes, principalmente da área do exame de seleção.

§ 3º - Na avaliação do anteprojeto de Dissertação de Mestrado, quando exigida, serão considerados, entre outros itens, o enquadramento da proposta em uma das linhas de pesquisa do Programa, a viabilidade da execução da pesquisa e sua relevância científica e social, a disponibilidade de bibliografia, a adequação do cronograma.

§ 4º - O Colegiado do Programa, através da sua Secretaria Executiva, comunicará aos candidatos o resultado final do processo de seleção.

§ 5º - Da decisão final da Comissão de Seleção não caberá recurso administrativo.

Art. 31 – O candidato selecionado deverá efetuar seu registro acadêmico no Centro Universitário de Maringá dentro do prazo previsto em edital e no calendário próprio, apresentando documento comprobatório de conclusão do curso de graduação, caso não o tenha feito no ato da inscrição.

§ 1º - A não inscrição no Programa, dentro do prazo fixado pelo Colegiado, implicará a perda automática da condição de candidato selecionado.

§ 2º - O candidato inscrito, que desistir do Programa, no período inicial, poderá ser substituído por outro, observada a ordem de classificação.

Art. 32 – As matrículas nas disciplinas, a cada início de semestre letivo, deverão ser feitas na Secretaria do Colegiado de Programa, ou no local designado pelo Coordenador, no prazo e condições fixados em edital.

Art. 33 – É permitido o trancamento de disciplina, através de requerimento fundamentado, antes de ministrada 50% da carga horária total da disciplina, obedecidos os prazos e regras do calendário acadêmico.

Art. 34 – O registro acadêmico no Centro Universitário de Maringá poderá ser trancado de acordo com o artigo 21, desde que não extrapole o prazo do art. 3º deste Regulamento.

§ 1º - Será considerado desistente o aluno que não solicitar sua matrícula ou trancamento do registro acadêmico dentro dos prazos estabelecidos pelo calendário do Programa.

Art. 35 – Será automaticamente desligado do Programa o aluno que:

- I. for reprovado, por duas vezes, na mesma disciplina;

- II. não obtiver, no mínimo, média sete nas disciplinas e atividades realizadas, após ter cursado o terceiro semestre; e;
- III. for jubilado por não concluir o Programa no prazo estabelecido no art. 3º.

§ 1º - O aluno desligado do Programa poderá se submeter a um novo exame de seleção no prazo de até 4 anos e, se aprovado, solicitar ao Colegiado do Programa a convalidação dos créditos anteriormente obtidos.

§ 2º - O processo de convalidação obedecerá às regras de aproveitamento e equivalência de disciplinas, sem a restrição do percentual estabelecido no art. 23.

CAPITULO V - DA ORIENTAÇÃO

Art. 36 – Cada mestrando terá um Docente como orientador da sua pesquisa; escolhido pelo próprio acadêmico, dentre os docentes “permanentes” do PPGCJ e homologado pelo Colegiado do Programa.

Parágrafo primeiro: Em caso de o mesmo docente ter sido escolhido por mais de 6 (seis) mestrandos, no ciclo de 2 (dois) anos, compete ao próprio Docente a faculdade de decidir quais acadêmicos pretende orientar, observando-se o alinhamento científico entre a pesquisa docente e a proposta do mestrando; submetendo sua decisão ao Colegiado do PPGCJ para homologação.

Parágrafo segundo: Todo mestrando poderá, com a anuência do próprio Orientador e homologação do Colegiado, escolher um Coorientador, seja dentre todos os docentes do PPGCJ, seja dentre os docentes permanentes de outro Programa *stricto sensu* em Direito, desde que recomendado pela CAPES.

Parágrafo terceiro: Tudo que é atribuído ao Orientador neste Regulamento, também compete solidariamente ao Coorientador, portanto, ambos devem agir em uníssono.

Art. 37 – Compete ao Orientador de pesquisa, a partir da homologação de sua indicação pelo Colegiado do Programa, supervisionar e orientar estudos, pesquisas e atividades relacionadas à elaboração da Dissertação discente; bem como apresentar o “relatório de orientação” à Secretaria do PPGCJ.

Art. 38 – O Mestrando deverá dirigir à Coordenação, no prazo máximo de até 2 (dois) meses após seu ingresso no PPGCJ, a escolha de um Orientador e solicitar ao Colegiado a sua homologação.

§ 1º Será dada a todos os Mestrandos, já no primeiro mês de atividades acadêmicas, oportunidade de conhecer os Docentes do PPGCJ, bem como seus projetos de pesquisa, através da participação de um evento anual, a ter início no mês de abril de cada ano; onde os Docentes e seus orientandos se apresentarão e apresentarão os frutos de seus projetos de pesquisa, bem como o “Grupo de Estudo” que integram dentro do Grupo de Pesquisa da própria *Linha* a que pertencem.

§ 2º A solicitação se fará através de requerimento próprio em que conste, em linhas gerais, o tema da pesquisa do acadêmico, bem como o nome completo do Docente escolhido e seu projeto de pesquisa; evidenciando que existe alinhamento teórico entre as duas pesquisas.

Art. 39 – Todos os mestrandos deverão matricular-se, a partir do 2º (segundo) semestre, na disciplina *Orientação de Dissertação*, obrigatória a todos os acadêmicos, com direito a 02 (dois) créditos acadêmicos, após o término da dissertação.

CAPITULO VI - DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO E TITULAÇÃO

Art. 40 – Será expedido o título de ***Mestre em Ciências Jurídicas*** ao acadêmico regular do Programa que cumprir todos os requisitos que se seguem:

- I. Integralizar o número mínimo de créditos em disciplinas e atividades acadêmicas exigidos pelo Programa, neste regulamento;
- II. Ter sido aprovado com média mínima 7,0 (sete) em todas as disciplinas e atividades realizadas;
- III. Ser aprovado no exame de proficiência em um dos idiomas estrangeiros admitidos por este regulamento;
- IV. Ser aprovado na defesa de PDM (Projeto de Dissertação de Mestrado);
- V. Ter acumulado 30 pontos em publicações qualificadas ao longo do curso, através de produção científica, segundo os critérios estabelecidos no *DOCUMENTO DE ÁREA DO DIREITO* vigente, que integram, como anexo a este regulamento;
- VI. Ter presenciado a defesa de, pelo menos, três dissertações de mestrado;
- VII. Ter sido aprovado na defesa da Dissertação;

- VIII. Ter depositado junto a Secretaria do Programa, no prazo máximo de 60 dias após a data da defesa, 2 (dois) exemplares impressos em capa dura da Dissertação, munida do *nihil obstat* da parte do Orientador;
- IX. Ter depositado junto a Secretaria do Programa, no prazo máximo de 60 dias após a data da defesa, arquivo em formato PDF contendo integralmente todos os elementos que compõem a Dissertação, inclusive o *nihil obstat* da parte do Orientador;
- X. Ter depositado junto a Secretaria do Programa, 1 (um) artigo científico, redigido rigorosamente segundo as normas metodológicas adotadas pelo Programa, de no mínimo 25 (vinte e cinco) e no máximo 30 (trinta) páginas, sobre o tema e conteúdo da Dissertação, com *nihil obstat* do Orientador;
- XI. Subscitar “autorização” para que o PPGCJ disponibilize a sua Dissertação em arquivo digital formato PDF, na própria página oficial, do portal da UNICESUMAR; bem como publique o Artigo em periódico qualificado A ou B, dentro de no máximo 3 anos.

§ 1º - Para efeito dos incisos I e II, só serão considerados os créditos de disciplinas integralizados no PPGCJ nos 04 (quatro) anos imediatamente anteriores à data da defesa da dissertação.

§ 2º - A defesa, de que trata o inciso IV do presente artigo versará sobre o conteúdo da dissertação de mestrado.

§ 3º - A defesa da Dissertação somente poderá ser realizada se cumpridos os incisos I, II, III, IV, V e VI deste artigo.

Art. 41 – O acadêmico deve, até a defesa do Projeto de Dissertação de Mestrado, apresentar proficiência comprovada em ao menos um dos idiomas estrangeiros abaixo:

- I. Alemão;
- II. Espanhol;
- III. Francês;
- IV. Inglês;
- V. Italiano.

Parágrafo único: A proficiência em idioma estrangeiro deve ser demonstrada através de documento autêntico emitido por instituição idônea, sendo necessária a homologação da Coordenação do PPGCJ.

Art. 42 – O acadêmico terá o prazo de até 12 (doze) meses após o ingresso no PPGCJ para realizar a defesa do PDM.

§ 1º A defesa do PDM consiste na exposição e discussão do projeto de dissertação de mestrado que deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos, na ordem que se segue:

- I. Título e Tema;
- II. Problema a ser pesquisado
- III. Objetivos Geral e Específicos;
- IV. Justificativa e Fundamentação teórica do Tema;
- V. Estado da arte contemplando a Legislação, a Jurisprudência e a Doutrina;
- VI. Hipóteses de solução do problema;
- VII. Método a ser empregado na pesquisa;
- VIII. Cronograma de atividades;
- IX. Esboço do “Sumário” da futura Dissertação;
- X. Primeiro capítulo da futura Dissertação;
- XI. Referências da futura Dissertação.

§ 2º - O PDM deverá ser defendido perante banca examinadora composta pelo Orientador, como presidente da mesma, e mais por 2 (dois) docentes do PPGCJ ou de outro programa recomendado pela CAPES; seguindo as etapas abaixo:

- I. Apresentação do PDM de no máximo 15 minutos;
- II. Arguição da banca;
- III. Respostas e considerações do Mestrando;
- IV. Considerações finais da parte do Orientador.

§ 3º - Após a defesa do PDM será expedida uma Ata indicando as exigências e recomendações da Banca para a conclusão e encaminhamento dos trabalhos para a redação final da Dissertação.

Art. 43 – A solicitação de Defesa da Dissertação, previamente aprovada por escrito pelo Orientador, deverá ser feita pelo acadêmico ao Colegiado do PPGCJ, em prazo não inferior a 30 dias da data prevista para a sustentação.

Parágrafo Único: Anexo à solicitação de defesa, o acadêmico deverá entregar, via protocolo, quatro exemplares da Dissertação.

Art. 44 – A defesa da Dissertação deverá ser feita até o limite máximo de tempo estabelecido no Art. 3º do presente Regulamento.

§ 1º O mestrando poderá apresentar solicitação, por uma única vez e pelo prazo máximo de 3 (três) meses, com *nihil obstat* do Orientador, a prorrogação deste prazo, que necessita da homologação do Colegiado do PPGCJ para que se torne efetivo.

Art. 45 – A defesa da Dissertação será realizada perante uma banca examinadora composta pelo Orientador e Coorientador, se existir, e mais 2 (dois) Docentes: sendo um membro do corpo docente permanente do PPGCJ e um Docente externo, desde que seja membro permanente de Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Direito, recomendado pela Capes.

§ 1º - A presidência da banca examinadora caberá ao Orientador, que poderá sugerir à Coordenação do PPGCJ, a quem compete homologar a composição da banca, data, horário e local da defesa.

§ 2º - Cada banca contará com dois membros suplentes, um para o Docente interno e outro para o Docente externo, segundo as determinações e critérios estabelecidos no *caput* do presente Artigo.

§ 3º - Em caso de impedimento do Orientador, existindo o Co-orientador, a banca poderá proceder aos trabalhos, sendo presidida por este; do contrário, os trabalhos são suspensos e nova banca deverá ser composta pela Coordenação do PPGCJ.

Art. 46 – A defesa da dissertação consistirá de uma apresentação pública, de no máximo 20 (vinte) minutos segundo o método acordado com o Coordenador; seguida de arguição de no máximo 40 minutos; dando ao mestrando um tempo razoável para suas respostas e considerações finais, segundo o prudente juízo do Presidente da banca; em modo que dentro de no máximo 1 (uma) hora e 30 (trinta) minutos os trabalhos estejam concluídos.

Art. 47 – Após a defesa da Dissertação, a banca deliberará, em privado, sobre a avaliação da Dissertação, expressando seu julgamento por meio de uma das seguintes alternativas:

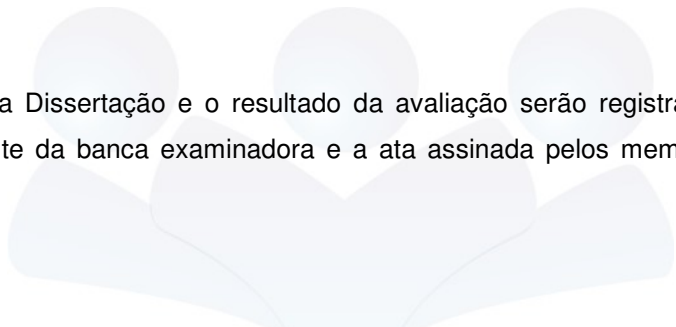
- I. Aprovada;
- II. Aprovada *cum laude*;
- III. Aprovada com ressalvas;
- IV. Reprovada.

§ 1º - No caso de *aprovação com ressalvas*, a banca deverá indicar em Ata as alterações que entender necessárias para aprovação e o Acadêmico terá o prazo peremptório de 60 (sessenta) dias para realizá-las e submeter à Dissertação ao Orientador, para que informe à Secretaria do PPGCJ o seu *nihil obstat*.

§ 2º - O resultado da avaliação atribuído pela Banca examinadora deverá ser encaminhado ao Colegiado do PPGCJ para homologação.

§ 3º - Em hipótese alguma o PPGCJ emitirá documentos de aprovação do mestrando sem o cumprimento de todos os requisitos do presente Regulamento.

§ 4º - O grau acadêmico de Mestre poderá ser qualificado pela área de concentração do Programa.



Art. 48 - A Defesa da Dissertação e o resultado da avaliação serão registrados em livro de atas próprio, pelo presidente da banca examinadora e a ata assinada pelos membros da banca e pelo mestrando.

Art. 49 – Dentro de no máximo 1 (um) mês após a defesa, o Mestre deverá providenciar o depósito da versão definitiva da Dissertação junto à Secretaria do Curso.

CAPITULO VII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 50 – O PPGCJ manterá um registro completo da história acadêmica de cada mestrando do PPGCJ.

Art. 51 - Os casos omissos neste Regulamento serão analisados e solucionados pelo Colegiado do PPGCJ.

Art. 52 – O presente Regulamento deverá ser aprovado pelo CONSUNI do Centro Universitário de Maringá e entrará em vigor na data da sua publicação.

